



Notas sobre juventude, classe social e política

Notes on youth and social and political class

Giovane Antonio SCHERER*

<https://orcid.org/0000-0003-3847-7202>

Introdução

O artigo *Juventude, classe social e política: reflexões teóricas inspiradas pelo movimento das ocupações estudantis no Brasil*, de Luiz Carlos Groppo e Isabella Baptista Silveira, que abre o volume 12 da Revista *Argumentum*, se constitui em uma importante contribuição para pensar o tema da juventude no tempo presente. O agravamento da crise estrutural do capital, que traz consigo inúmeras refrações para toda a classe trabalhadora, tem impactos particulares para a juventude, sendo que o desemprego, o trabalho precário, a dificuldade de acesso à escolarização e as altas taxas de violência letal são apenas algumas das expressões do mesmo fenômeno, advindo da produção e reprodução ampliada do capital e agravado em um país de desenvolvimento capitalista tardio e dependente. Se as expressões de desigualdades marcam as trajetórias de grande parte da juventude da classe trabalhadora, a sua antítese dialética, isto é, as resistências, estão presentes, de diversas formas, na totalidade da vida social de toda a juventude.

Ao buscar compreender o fenômeno das ocupações estudantis no Brasil, o texto ressalta a dimensão da resistência, abrindo possibilidades de pensar a juventude em seus movimentos contra-hegemônicos à racionalidade neoliberal que avança na realidade brasileira. Desta forma, a tríade juventude, classe social e política é problematizada pelos autores a partir da sociologia da juventude “crítica” e da concepção dialética da juventude. O presente artigo tem por objetivo traçar algumas reflexões acerca do tema, mobilizado pelo debate estabelecido pelos autores. Evidentemente, Groppo e Silveira (2020) suscitam diversas discussões, porém – aqui – busca-se elencar apenas alguns aspectos que emergem do texto, especialmente no que se refere à concepção dialética de juventude na perspectiva da luta de classes e os movimentos de resistência da juventude em um cenário de avanço neoliberal e neoconservador, a fim de estabelecer um diálogo com as ideias dos autores.

* Assistente Social. Doutor em Serviço Social. Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, Porto Alegre, Brasil). R. Ramiro Barcelos, Anexo I, Saúde, 2777, Santana, Porto Alegre (RS), CEP.: 90035-007. Bolsista de Produtividade em Pesquisa Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: giovane.scherer@ufrgs.br.



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2019 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

I.

Juventude, classe social e política são categorias que não só dão título ao artigo, mas que mobilizam diversas reflexões ao longo do texto, sendo que tais conceitos estão muito presentes em diversos discursos na contemporaneidade, mas, na maioria das vezes, são esvaziados de sentidos, sendo uma marca de tempos onde a irracionalidade se legitima como uma importante concepção ideológica para ocultar o real em seu movimento. Desta forma, as mediações teóricas, ao estarem vinculadas à sociologia “crítica” da juventude, possibilitam compreender esse segmento social para além de uma análise pulverizada e fragmentada de juventude, compreendendo as necessárias mediações entre classe social e a condição juvenil no tempo presente.

Os autores, ao contextualizarem a concepção dialética de juventude, consideram a relevância das estruturas de classe na análise do contexto juvenil. Esse movimento, que considera a classe social enquanto elemento essencial para pensar a realidade da juventude, não se mostra presente em muitas construções teóricas sobre juventude, uma vez que esse recente campo do conhecimento vem sofrendo inúmeras influências do pensamento pós-moderno.

De certo modo, há uma aproximação da concepção dialética com outra vertente das teorias pós-críticas da juventude, aquelas derivadas do pós-estruturalismo e do pós-modernismo, no que se refere a valorizar a ação, a ruptura, as ‘tribos’, o contingente, o ‘teste dos limites’ e os experimentos (GROPPO, 2017, cap. 3). Porém, logo a concepção dialética se afasta desta vertente, já que estas teorias *tratam muito pouco da estrutura de classes e radicalizam a implosão das categorias etárias* na contemporaneidade (GROPPO; SILVEIRA, 2020, p. 10, grifo nosso).

Nas análises calcadas no pós-modernismo, a efemeridade e a fragmentação assumem precedência analítica, as explicações deixam o âmbito dos fundamentos materiais e político-econômicos e passam para a condição de práticas políticas e culturais autônomas (HARVEY, 1992). Nesse sentido, as teorias pós-modernas, ao proporem a recusa de análises de abrangência mais totalizadoras e ontológicas, buscando a valorização do microssocial em si mesmo, não possibilitam que os sujeitos históricos encarnem processos sociais, expressem visões de mundo e tenham suas identidades sociais construídas na tessitura de relações sociais mais amplas (YAZBEK, 2009). As influências pós-modernas nos estudos de juventude acarretam um ocultamento das estruturas de classes sociais, desconsiderando, ou considerando de forma periférica, as condições de reprodução da vida social da juventude e as complexas relações tecidas no âmbito de uma sociabilidade calcada sob a égide do capital.

Na análise de juventude, por meio da perspectiva pós-moderna, as relações que a juventude estabelece são percebidas distantes de uma base material, lidas como expressões apartadas de uma totalidade social, sem compreender as cadeias de mediações necessárias entre dimensões singulares, particulares e universais. Se, por um lado, a análise microssocial, de tendência pós-moderna, que desconsidera a ontologia das relações sociais, abortando as dimensões da totalidade, mostra-se equivocada, uma vez que apreende, unicamente, a aparência fenomênica do que se analisa, o mesmo ocorre quando se tem uma análise voltada para dimensões universais, sem as devidas

cadeias de mediações que considerem as particularidades de um determinado fenômeno. Em sua obra *Sociologia, Cultura e Movimentos*, Groppo (2016) ressalta que as perspectivas sociológicas mais preocupadas com as estruturas sociais e suas determinações tendem a dar menos importância às juventudes (assim como às demais categorias etárias) nas suas sínteses teóricas, nas suas concepções de como se estrutura e funciona o edifício social.

Nesse sentido, tanto a concepção de análise microsocial, que não considera a totalidade da vida social, quanto as concepções universalistas, que não atentam às particularidades presentes na constituição da vida social, se constituem como formas distorcidas de compreensão da juventude, ou de qualquer outro aspecto do real. Conforme ressalta Groppo e Silveira (2020) “[...] não há uma juventude homogênea em dada sociedade ou nação, mas diferentes formas de viver a condição juvenil de acordo com inúmeros variáveis sociais” (GROPPO; SILVEIRA, 2020, p. 9). A compreensão da pluralidade da juventude, analisada de forma não descolada de relações de classe social, se constitui como um necessário desafio para a produção do conhecimento para os estudos de juventude.

Como ressalta Mészáros (2012):

A predominância do ‘universalismo’ na ‘modernidade’ só pode levar a uma *universalidade abstrata*. Do mesmo modo, o culto da ‘diferença’ e do ‘particularismo’ na ‘pós-modernidade’ permanece restrito às limitações inerentes a *particularidade abstrata*. Na verdade, a consequência teórica das *mediações ausentes* – ausentes porque só podem ser formuladas em relação aos sujeitos sociais reais e as suas situações histórico concretas – é que os polos categoriais de particularidade e universalidade devem ser *diretamente* encadeados (MÉSZÁROS, 2012, p. 103, grifos do autor).

A universalidade ou a particularidade abstrata são armadilhas muito presentes nos estudos de juventude, sendo que a concepção dialética de juventude, quando articulada na perspectiva da luta de classes, constitui uma potente chave de leitura para a compreensão do complexo de complexos que envolvem a análise da juventude na realidade contemporânea. Groppo (2016) refere que a concepção dialética de juventude considera a contraditória convivência, na condição juvenil, entre o objetivo de normatizar os comportamentos e os anseios de autonomia que acabam daí surgindo. O que se ressalta aqui é que as relações sociais estabelecidas entre os sujeitos históricos (que produzem convivências, comportamentos, anseios, entre outras expressões), partem de condições históricas e materiais concretas. Como refere Marx (2006), as pessoas fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.

A concepção *dialética de juventude na perspectiva da luta de classes* tende a negar o universalismo e a particularidade abstrata, buscando perceber as cadeias de mediações tecidas na realidade da vida concreta da juventude. Tal movimento busca considerar a juventude como um segmento social não homogêneo, ressaltando a centralidade da luta de classes, isto é, ao mesmo tempo em que se consideram as particularidades da juventude, também se compreende que estas se inserem em lutas de classes, sofrendo,

enquanto classe trabalhadora¹, os impactos do movimento da produção de valor na sociabilidade capitalista.

Ao analisar as cadeias de mediações que emergem da realidade vivenciada pela juventude, torna-se possível a compreensão das condições e dos processos históricos vivenciados e que são constitutivos desse segmento social. Essa análise se constitui em um movimento de fundamental importância em tempos de avanço neoconservador², que se reatualizam, sob diversas roupagens, concepção estrutural-funcionalista de juventude. Os limites dessa concepção são muito bem ressaltados por Groppo e Silveira (2020), especialmente em dois aspectos: o uso da categoria etária juventude como uma forma de disfarçar as desigualdades de classe e considerar que as resistências e revoltas de indivíduos e grupos jovens são *patologias* (GROPPO, SILVEIRA, 2020). Nesse sentido, tanto as concepções estrutural-funcionalistas como as pós-modernas ou advindas de perspectivas universalistas abstratas contribuem para uma reatualização conservadora, no momento que tornam turva a análise da realidade, fragmentados direcionamentos de projetos societários afinados por perspectivas emancipatórias.

II.

Groppo e Silveira (2020) defendem que é necessária a articulação das categorias etárias com a estrutura de classes, incluindo outras variáveis como gênero, raça, religião, orientação sexual etc. Ressalta-se que todas as estruturas etárias são, também, construções sociais de base ontológica, sendo que a construção social da juventude é fruto das transformações societárias, especialmente impulsionadas pelas alterações no desenvolvimento das forças produtivas ocorridas no século XX. A construção social da visibilidade da categoria juventude começa a ser instituída na segunda metade desse século, especialmente no pós-guerra, no bojo do desenvolvimento e das transformações do modo de produção capitalista, e se inicia o processo de construção social da juventude³, tendo como elemento central as mudanças ocorridas no mundo do trabalho (SCHERER, 2017). O acirramento das condições de existência produzidas pela sociedade capitalista acarretou a exigência de melhor qualificação para o mundo do trabalho, levando a uma maior permanência na escola da parte de alguns segmentos sociais, em função do aumento desmedido da competição no mercado de trabalho e a consequente escassez de empregos, sinalizando mudanças na transição para a vida adulta (GROPPO, 2000; CORDEIRO, 2009).

¹ Aqui parte-se da compreensão que a classe trabalhadora não se constitui em um *bloco homogeneizado*, mas sim em algo múltiplo e dinâmico, saturado de múltiplas determinações. O termo classe trabalhadora aqui é utilizado na acepção marxiana, que compreende pessoas que não possuem os meios de produção, tendo, unicamente, a sua força de trabalho para vender como mercadoria. Evidentemente nem toda a juventude faz parte da classe trabalhadora, mas é a juventude proletária que vem se constituindo como um dos segmentos sociais que mais vêm sendo afetados pela dinâmica da reprodução do capital.

² Barroco (2011) destaca que “[...] o neoconservadorismo busca legitimação pela repressão dos trabalhadores ou pela criminalização da pobreza e da militarização da vida cotidiana. Essas formas de repressão implicam violência contra o outro, e todas são mediadas moralmente – em diferentes graus – na medida em que se objetiva a negação do outro: quando o outro é discriminado, a ele é negado o direito de existir como tal ou de existir com as suas diferenças” (BARROCO, 2011, p. 209).

³ Sobre o processo de construção social da juventude no âmbito da sociedade capitalista ver em Scherer (2017).

A construção social de juventude⁴ emerge das transformações políticas, econômicas, sociais e culturais do século XX, onde as relações entre capital e trabalho se reestruturaram com o objetivo de ampliar as taxas de lucro para o grande capital. A centralidade da classe social na análise de juventude não significa desconsiderar variáveis como gênero, raça, religião, orientação sexual etc., uma vez que a classe não se constitui em um bloco neutro e homogeneizado.

Nesse debate, Groppo e Silveira (2020) – a partir de Thompson – referem que a luta de classes é um processo que emerge das inúmeras tramas e processos sociais, sendo que a classe social não é uma coisa, mas sim precisa estar encarnada em pessoas e contextos reais. Por isso mesmo, em uma abordagem que considere a centralidade das classes sociais, não podem ser desconsideradas as opressões de raça, gênero, orientação sexual, dentre outras, uma vez que são constitutivas na realidade da juventude. Mostra-se necessário compreender que tais opressões, grande parte das vezes, são funcionais à perspectiva da manutenção da sociedade de classes, corroborando com a perspectiva da reificação humana, típica da sociabilidade capitalista⁵. Como refere Keller (2019), as opressões identitárias passam a ter funcionalidade para o próprio capitalismo quando as diferenciações se prestam a reforçar desigualdades, que se tornam estruturais, sendo imbricada com o capitalismo a opressão do negro, da mulher, do gay, do índio, fazendo com que sofram uma espoliação de nível mais acentuado.

Ao mesmo tempo que a classe social não pode ser reduzida a uma *coisa*, homogeneizada e distante de mediações concretas, mas deve ser compreendida como múltipla e complexa, repleta de relações e interesses em disputa, os sujeitos que pertencem a essa classe não podem ser compreendidos como seres uniformes e passivos. Nesse sentido os autores, à luz de Thompson, ressaltam que “[...] a classe trabalhadora vive um processo histórico de ‘auto-fazer-se’ a partir da sua experiência social, algo mais do que apenas ocupar uma função econômica ou dada posição na estrutura produtiva” (GROPPO; SILVEIRA, 2020 p. 14). Isso significa afirmar que a classe trabalhadora vive processos de desigualdade, mas também de resistências, podendo, por meio de lutas concretas, se tornar, de *classe em si*, para *classe para si*, isso é, adquirindo consciência de classe, na perspectiva da constituição de lutas políticas em um sentido contra-hegemônico.

A constituição da consciência de classe é abordada por Groppo e Silveira (2020), na perspectiva de Thompson, compreendendo que tal consciência se daria por meio das experiências sociais que os sujeitos tecem em sua realidade concreta. A noção de consciência de classe constitui algo extremamente complexo e desafiador em tempos de avanço da racionalidade neoliberal, do avanço neoconservador e de fragmentações e pulverizações do campo do conhecimento teórico. Como refere Iasi (2012), vivemos tempos de amoldamento da classe trabalhadora em relação à ordem do capital e esse

⁴ Ressalta-se que, embora a juventude se constituía em uma construção social, sendo que o seu conceito pode variar conforme o tempo histórico, cultura, local, dentre outros; a delimitação por uma faixa etária se constitui em uma necessidade, especialmente na perspectiva de pensar em padrões de proteção social juvenil. Nesse sentido, a lei Nº 12.852 que institui o Estatuto da Juventude, define jovem, na realidade brasileira, como toda a pessoa de 15 até 29 anos.

⁵ Diversos autores possuem importantes contribuições sobre tais opressões na sociedade de classe; dentre eles destaca-se Silvia Federici e Heleieth Saffioti no debate de gênero, bem como Angela Davis e Sueli Carneiro na discussão étnico-racial.

movimento se dá em diversas esferas da vida social. Mais do que nunca analisar os processos de resistência se torna um movimento fundamental.

III.

As produções teóricas sobre juventude vêm, em grande parte das vezes, dedicando seus esforços na tentativa de compreender o contexto de violações de direitos que esse segmento social vivencia: violência, tráfico de drogas, precarização das relações de trabalho, falta de acesso a políticas públicas, entre outros. Tais temas são de fundamental importância uma vez que diversos dados de realidade demonstram que a juventude vem se constituindo como um dos segmentos sociais que vivenciam com mais intensidade as expressões da questão social, com destaque para os altos índices de mortalidade juvenil, especialmente quando analisado o extermínio da juventude negra na realidade brasileira. Porém, se é necessário compreender com profundidade esse contexto de violações, também urge compreender as formas de resistência que esse segmento social vem construindo ao longo do seu processo histórico.

Grosso e Silveira (2020) buscam analisar a resistência da juventude por meio do movimento de ocupação estudantis ocorridas em todo o Brasil nos anos de 2015 e 2016, se construindo, segundo os autores, em um movimento de resistência ao controle social que a fez protagonizar um momento político importante na história recente do Brasil. O processo de ocupação das escolas, para os autores, “[...] foi fundamental na formação política auto-organizada de um grupo de pessoas durante o processo que teve como lugar a escola” (GROSSO, SILVEIRA, 2020, p. 12).

Tal movimento se constitui como um exemplo de questionamento à racionalidade neoliberal, tanto pelas pautas reivindicadas no que diz respeito a um ensino público de amplo acesso e de qualidade, nas demandas pelo respeito à diversidade, e no questionamento ao congelamento dos investimentos estatais, quanto pelo modo de gestão do movimento, constituído de forma coletiva, buscando se consolidar de forma horizontal. A racionalidade neoliberal, nos termos de Dardot e Laval (2016), se constitui na forma pela qual as relações sociais são tecidas em um contexto de radicalização do neoliberalismo, que passa a orquestrar diversas dimensões da vida e das relações sociais entre as pessoas, uma vez que toda a sociedade passa a ser concebida como um *mercado*, no qual cada sujeito é uma *empresa* que está em contínua concorrência. Nesse sentido, todos os sujeitos passam a ser inseridos em uma competição mundial, onde são naturalizadas as regras do jogo neoliberal, isto é, um contexto onde todas as pessoas se adaptam à nova realidade do Estado-empresarial, onde os direitos sociais são convertidos em produtos que devem ser comprados pelos sujeitos, que passam a conviver com o desemprego *natural* e permanente, a precarização das relações de produção e das relações sociais de produção (DARDOT; LAVAL, 2016).

A juventude, por meio do movimento de ocupação das escolas se constitui em um agente político no desenvolvimento de um movimento contra-hegemônico, de questionamento à racionalidade neoliberal, que se expande em diversas dimensões no contexto contemporâneo. A contribuição do texto de Grosso e Silveira (2020), bem como os estudos que Grosso vem desenvolvendo sobre esse tema, mostram-se fundamentais

para compreender como se constitui esse movimento e quais os possíveis caminhos para o fortalecimento de questionamentos em um direcionamento crítico, contrário à naturalização das perversas relações sociais mediadas pela dinâmica neoliberal.

O movimento de ocupação é compreendido não como um processo uniforme e distante de contradições, mas como um movimento múltiplo e plural, de questionamento político contra-hegemônico ao avanço neoliberal e neoconservador que se fortalece na realidade brasileira nos últimos anos. Conforme Chauí (1996), uma das ideias mais instigantes no conceito de contra-hegemonia é a de oposição, de resistência; e nesta luta entre a hegemonia e a contra-hegemonia, é necessário pensar a constituição de ações reais que possibilitem a construção de uma cultura crítica na sociedade. O movimento de ocupação mostrou-se um importante ensaio para o fortalecimento de uma contra-hegemonia no que diz respeito aos retrocessos históricos vivenciados em termos de direitos na atualidade e obteve avanços significativos, como destacado por Groppo e Silveira (2020), tanto na interrupção da cessão da gestão das escolas públicas para entidades privadas em alguns estados, quanto na formação política dos jovens envolvidos nos movimentos.

Apesar da sua importância histórica, é preciso ter nítido que movimentos de resistência como esse necessitam ser valorizados; especialmente, fortalecidos e ampliados para que possam se constituir em um questionamento ao domínio da racionalidade neoliberal, isto é, ao questionamento da razão do mercado sobre a vida humana. Tais formas de resistências estão expressas de diversos modos, como nas manifestações de rua em todo o mundo, nos movimentos sociais, na mediação entre arte e juventude (Hip, Hop, Slam, teatro do oprimido); também na vida concreta e cotidiana da juventude.

Nessa análise, Groppo e Silveira (2020) destacam que as resistências e revoltas da juventude nem sempre se inscrevem em movimentos sociais críticos, sendo “[...] por vezes também regressivos, e não apenas políticos, mas também em campos como a cultura e a religião” (GROPPO; SILVEIRA, 2020, p. 9). Tal alerta é fundamental para evitar a reprodução de concepções idílicas e românticas de juventude, compreendendo que esses segmentos aderem e reproduzem diversas concepções que se relacionam ao embate de diversos projetos societários em disputa no âmbito das relações sociais em determinado tempo histórico.

Conforme refere Netto (2009), a ação humana, tendo em sua base necessidades e interesses, implica sempre uma projeção, sendo essa uma antecipação ideal da finalidade que se pretende alcançar, com a invocação dos valores que a legitimam e a escolha dos meios para lográ-la. Os projetos societários são projetos coletivos que se constituem como projetos macroscópicos, como propostas para o conjunto da sociedade (NETTO, 2009), constituídos entre os sujeitos, de forma consciente ou incidente, forjados em meio a relações de poder. Desta forma, como são conjuntados em meio a relações de poder, necessariamente possuem uma dimensão política, estabelecida por meio das relações sociais tecidas no âmbito da sociedade. As juventudes, assim como qualquer outro segmento social, se constituem como atores políticos que participam, aderem ou rejeitam diversos projetos societários, isto é, se posicionam em meio aos

direcionamentos construídos de forma coletiva que refletem, de forma mais ou menos nítida, os interesses de classe social.

Em sociedades como a nossa, os projetos societários são, necessária e simultaneamente, projetos de classe, ainda que refratem mais ou menos fortemente determinações de outra natureza (culturais, de gênero, étnicas etc.). [...] nos projetos societários (como, aliás, em qualquer projeto coletivo) há necessariamente uma dimensão política, que envolve relações de poder (NETTO, 2009, p. 2)

Nesse sentido, a juventude, enquanto segmento etário, vivencia, participa e expressa de múltiplas formas (materiais e/ou espirituais) o embate entre as classes sociais, sendo que tais embates são, grande parte das vezes, encobertos por diversas concepções ideológicas, que buscam fragilizar direcionamentos emancipatórios, especialmente em tempos de radicalidade neoliberal e neoconservadora. Em tempos de agravamento da crise estrutural do capital, as desigualdades e resistências tornam-se cada vez mais visíveis nas trajetórias juvenis, sendo de fundamental importância ressaltar que todas as lutas históricas, quer se desenvolvam no terreno político, quer no religioso, no filosófico ou em outro terreno ideológico qualquer, não são, na realidade, mais do que a expressão mais ou menos clara de lutas de classes sociais (ENGELS, 2008). Compreender tais lutas, analisando como o segmento juvenil – em toda a sua complexidade e diversidade, vivencia tais processos – é o grande desafio da produção do conhecimento sobre essa temática, a fim de contribuir para o enfrentamento das desigualdades, na perspectiva do fortalecimento de resistências.

À guisa de conclusão

Compreender as desigualdades e resistências vivenciadas pela juventude no contexto contemporâneo, a partir de uma perspectiva crítica, mostra-se fundamental, especialmente para pensar estratégias de enfrentamento à racionalidade neoliberal que se agudiza no tempo presente, ampliando violações de direitos. Apesar de diversos avanços na produção teórica sobre o tema *juventude*, ainda se percebe a reprodução de concepções que reatualizam percepções fragmentadas e abstratas desse segmento social, não sendo raras as vezes que juventude é usado como sinônimo de adolescência. Tal falta de nitidez nesse debate acarreta o enfraquecimento de lutas tanto pela materialização de direitos como por perspectivas emancipatórias. Importante salientar que, apesar do reconhecimento legal expresso pelo Estatuto da Juventude, podem-se perceber frágeis e pontuais as ações de materialização de políticas sociais para a juventude brasileira, diante do agravamento de diversas expressões da questão social para esse segmento.

O texto de Groppo e Silveira (2020) traz importantes considerações para compreender com maior profundidade a realidade da juventude, especialmente ao mediar categorias como juventude, classe social e política, elementos estes que não podem ser apartados na análise dessa temática. Importante ressaltar que as dimensões econômicas e políticas não são elementos descolados, mas sim articulados dentro da totalidade da vida social. A concepção dialética de juventude, quando articulada na perspectiva da luta de classes, constitui um meio potente para analisar as trajetórias juvenis, se distanciando de

tendências como o universalismo e a particularidade abstrata e compreendendo as cadeias de mediações presentes nas relações sociais tecidas no atual contexto histórico. Reafirma-se aqui a necessidade da centralidade do debate de luta de classes na análise de juventude, percebendo-se as diversas manifestações juvenis no que diz respeito a raça/etnia, gênero, diversidade sexual, bem como diversos elementos que caracterizam esse segmento social.

A análise de Groppo e Silveira (2020) considera o movimento estudantil de ocupação das escolas no Brasil de 2015 e 2016 como uma forma de resistência da juventude, ao se mobilizarem os jovens como atores políticos no contexto contemporâneo. Nesse sentido, tal movimento pode ser compreendido como questionamento à racionalidade neoliberal enquanto concepção hegemônica e fundamental aos interesses do grande capital, constituindo-se, nos termos dos autores, como um dos movimentos de grande importância na história recente do Brasil.

A luta de classes não ocorre somente em situações de ocupações, greves ou manifestações públicas, mas também está presente, viva e pulsante em cada instante do cotidiano da classe trabalhadora. Entre desigualdades e resistências, a juventude vem se posicionando no embate entre diversos projetos societários, sendo necessária – com densidade – a análise dessa realidade para compreender com nitidez as estratégias frente ao perverso avanço neoliberal e neoconservador na realidade brasileira.

Referências

BARROCO, Maria Lúcia. Barbárie e Neoconservadorismo: os desafios para o projeto ético-político. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1996.

CORDEIRO, Denise. **Juventudes nas sombras**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 402 p, 2016.

ENGELS, Friedrich. **Prefácio à terceira edição alemã de 1885 de 18 Brumário de Luís Bonaparte**. A revolução antes da revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2008. v.2.

GROPPO, Luís Antonio. **Juventudes**: Sociologia, Cultura e Movimentos. Universidade Federal de Alfenas: Alfenas (MG), 2016.

GROPPO, Luís Antonio; SILVEIRA, Isabella Baptista. Juventude, classe social e política: reflexões teóricas inspiradas pelo movimento das ocupações estudantis no Brasil. **Argum.**, Vitória, v. 12, n. 1, p. 7-21, 2020.

GROPPO, Luis Antonio. **Juventude**: ensaio sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: ArtLine, 2000.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

IASI, Mauro Luis. **As metamorfoses da consciência de classe**: o PT entre a negação e o consentimento. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

KELLER, Rene. **A ofensiva do conservadorismo**: luta de classes e crise do socialismo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

MARX, Karl. **O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte**. São Paulo: Centauro, 2006.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2012.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do serviço social. In: MOTA, Ana Elizabete da et al. (Org.). **Serviço social e saúde**: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2009.

SCHERER, Giovane Antonio. **Juventudes, (In)segurança e Política Pública**: A proteção Social no Brasil. Curitiba: Juruá, 2017.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social. In: CFESS. **Serviço social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília (DF), 2009.

Giovane Antonio SCHERER

Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Bolsista de Produtividade em Pesquisa – CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).
